

DECRETO Nº 3211

de 26 de dezembro de 2019

“Dispõe sobre as atividades de baixo risco e estabelece critérios para sua caracterização”.

O Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, e; CONSIDERANDO a Declaração dos Direitos da Liberdade Econômica esculpida pela Lei n.º 13.874/2019; CONSIDERANDO a necessidade de determinar o grau de risco das atividades econômicas no Município, nos termos da Lei Municipal n.º 1.234/2019; DECRETA:

Art. 1º.

Este Decreto define o grau de risco das atividades econômicas para estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços e outros de qualquer natureza no Município de Chapadão do Sul/MS.

As normas deste instrumento devem ser observadas pelos órgãos e entidades de competência sanitária, ambiental, fazendária, uso e ocupação do solo, posturas, transporte e por todos aqueles envolvidos no processo de registro, alteração, baixa e licenciamento mercantil no âmbito municipal,

Art. 2º. *Para fins desta regulamentação, considerar-se-á:*

I.

atividade econômica: o ramo de atividade identificada a partir dos códigos de

Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, estabelecida pela

Comissão Nacional de Classificação – CONCLA;

II.

grau de risco: nível de perigo potencial de ocorrência de danos à integridade física

e à saúde humana, ao meio ambiente ou ao patrimônio em decorrência de exercício de

atividade econômica;

III.

baixo risco: atividade econômica dispensada de todos os atos públicos de liberação e que não comporta vistoria prévia para o exercício pleno e regular da

atividade econômica.

Art. 3º.

O Município adotará a classificação de baixo risco das atividades econômicas, conforme disciplinado na tabela unificada do Anexo I.

Parágrafo único. . *O enquadramento da atividade como de baixo risco, não desobriga*

o empresário ou pessoa jurídica da realização de inscrição municipal e do pagamento

das taxas municipais devidas em razão do exercício da atividade econômica poder de

polícia, nos termos do Código Tributário municipal.

Parágrafo único. .

Todas as atividades econômicas, independentemente do grau de risco, estarão sujeitas ao procedimento de pesquisa prévia de zoneamento conhecido como Consulta de Viabilidade fornecida pela Municipalidade.

Art. 4º. *Quando a atividade a ser exercida não se enquadra como atividade de baixo*

risco, será exigida vistoria prévia por parte dos órgãos e das entidades responsáveis

pela emissão de licenças e autorizações, antes do início do funcionamento da empresa

5º.

Para as atividades de baixo risco necessitarem da expedição de alvará de funcionamento, a pedido do interessado, poderá ser emitido Alvará de Funcionamento

Provisório, que permitirá o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro.

1º

O Alvará de Funcionamento Provisório deverá ser emitido contra a assinatura de

Termo de Ciência e Responsabilidade pelo empresário ou responsável legal pela

sociedade, no qual este firmará compromisso, sob as penas da lei, de cumprir os

requisitos exigidos para funcionamento e exercício das atividades econômicas

constantes do objeto social e de acordo com as normas municipais

2º

O prazo de validade do Alvará de Funcionamento Provisório será de 180 (cento e oitenta dias), prorrogável por igual período, a critério da administração e mediante requerimento de prorrogação do requerente, devidamente fundamentado.

Art. 6º.

Quando o grau de risco envolvido na solicitação de licenciamento for considerado baixo risco, o empreendimento estará dispensado do ato público de liberação.

1º *Se a atividade a que se refere o caput for exercida em zona urbana, somente será qualificada como de baixo risco quando:*

I. *executada em área sobre a qual o seu exercício seja plenamente regular, conforme determinações da legislação de zoneamento municipal.*

II.

exploradas em estabelecimento inócuo ou virtual, assim entendido aquele:

a).

exercido na residência do empresário, titular ou sócio, na hipótese em que a atividade não gere circulação de pessoas;

b).

em que a atividade exercida for tipicamente digital, de modo que não exija estabelecimento físico para a sua operação.

III.

em edificações diversas da residência, cuja ocupação da área da atividade não seja superior a 200 m².

2º

Se a atividade a que se refere o caput for exercida em área sem regulação fundiária ou inscrição imobiliária, não será qualificada como de baixo risco.

3º

Se a atividade a que se refere o caput for exercida em área sem regulação fundiária ou inscrição imobiliária, não será qualificada como de baixo risco.

4º

Nos casos de dispensa do ato público de liberação será necessária à apresentação de autodeclaração de enquadramento por parte do empresário ou pessoa jurídica para o exercício da atividade econômica.

5º

O grau de risco será considerado baixo risco se todas as atividades do estabelecimento forem assim classificadas, sejam primárias ou secundárias.

Art. 7º.

Na ausência de regulamentação específica prevista neste Decreto, devem ser observadas subsidiariamente as normas e procedimentos estabelecidos pelas legislações municipais.

Art. 8º.

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Chapadão do Sul – MS, 26 de dezembro de 2019.

JOÃO CARLOS KRUG***PREFEITO MUNICIPAL***

Decreto Nº 3211/2019 - 26 de dezembro de 2019

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em